

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre em 30 de junho de 2017, da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No final do semestre, a Everest Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 930 mil, correspondente a R\$ 7,28 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 32.367 mil e Ativos Totais de R\$ 33.735 mil.

Osasco, SP, 26 de julho de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
	2017	2016	2017	2016
ATIVO				
CIRCULANTE	33.453	31.724	837	1.151
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	46	41	837	1.151
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	32.949	31.259	-	-
Carteira Própria	32.200	30.595	9	9
Vinculados à Prestação de Garantias	749	664	633	647
OUTROS CRÉDITOS	458	424	195	495
Diversos (Nota 6)	458	424	531	513
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	282	311	32.367	30.371
OUTROS CRÉDITOS	282	311	-	-
Diversos (Nota 6)	282	311	16.200	15.200
TOTAL	33.735	32.035	33.735	32.035

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.852	2.019
Resultado das Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	1.852	2.019
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.852	2.019
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(182)	(341)
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(111)	(226)
Despesas Tributárias (Nota 11)	(102)	(110)
Outras Receitas Operacionais (Nota 12)	77	109
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(46)	(114)
RESULTADO OPERACIONAL	1.670	1.678
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.670	1.678
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15a e b)	(740)	(749)
Provisão para Imposto de Renda	(392)	(400)
Provisão para Contribuição Social	(322)	(329)
Ativo Fiscal Diferido	(26)	(20)
LUCRO LÍQUIDO	930	929
Número de ações (Nota 9a)	127.699.786	127.699.786
Lucro por lote de mil ações em R\$	7,28	7,27

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.670	1.678
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos	(51)	(7)
Reversões de Provisões Cíveis e Fiscais	(51)	(7)
Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos	1.619	1.671
(Aumento)Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	110	(495)
(Aumento)Redução em Outros Créditos	(14)	(3)
Aumento(Redução) em Outras Obrigações	(230)	(6)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.476)	(1.154)
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) das Atividades Operacionais	9	14
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos Pagos	(19)	(17)
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) de Atividades de Financiamento	(19)	(17)
Aumento(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(10)	(3)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	56	44
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	46	41
Aumento(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(10)	(3)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Everest Leasing" ou "Instituição") tem como objetivo, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de risco, e as demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil (Bacen). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões fiscais, cíveis e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento é superior ao seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

d) Títulos e valores mobiliários
Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas atuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perdem valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente de mensuração acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

i) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 46 mil (2016 - R\$ 41 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Carteira própria		
- Cotas de fundos de investimentos	32.200	30.595
Vinculados à prestação de garantias		
- Letras financeiras do tesouro	749	664
Total	32.949	31.259

b) Classificação por categorias e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Títulos (1)		
Títulos para negociação (3):		
Letras financeiras do tesouro	2.999	2.296
Notas do tesouro nacional	955	-
Debêntures	471	-
Total em 2017	3.954	2.767
Total em 2016	1.265	937

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação na categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Títulos de renda fixa	1.852	2.019
Total	1.852	2.019

d) A Everest Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016.

6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Créditos tributários (Notas 15c e d)		
Devedores por depósitos em garantia	481	506
Outros	215	203
Total	740	735

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Eventos					
Saldos em 31.12.2015	15.200	3.073	11.178	-	29.451
Lucro Líquido	-	-	-	929	929
Destinações: - Reservas	-	46	874	(920)	-
Saldos em 30.6.2016	15.200	3.119	12.052	(9)	30.371
Saldos em 31.12.2016	15.200	3.174	13.072	-	31.446
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b)	1.000	-	(1.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	930	930
Destinações: - Reservas	-	46	875	(931)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(9)	(9)
Saldos em 30.6.2017	16.200	3.220	12.947	-	32.367

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais
A Instituição vem atuando judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões constituídas

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	164	297
Atualização monetária	7	6
Constituições líquidas de reversões e baixas	(60)	-
Pagamentos	(4)	-
Saldo em 30 de junho de 2017 (Nota 8b)	107	303
Saldo em 30 de junho de 2016 (Nota 8b)	173	291

(1) Compreendem, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Everest Leasing são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as reservas de capital e efetivadas, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco e perdáveis não são reconhecidos contabilmente.

Em 30 de junho de 2017 e de 2016, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	620	630
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 15c)	228	21
Impostos e contribuições a receber	13	18
Total	861	869

b) Diversos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisões fiscais (Nota 7b) (1)	303	291
Provisões cíveis (Nota 7b)	107	173
Provisão para pagamento a efetuar	70	69
Outros	18	253
Total	498	786

(1) Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social no montante de R\$ 16.200 mil (2016 - R\$ 15.200 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 127.699.786 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Mov

